

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **RECURSO :**

RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE OUTREM

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Licitação, do Ministério das Comunicações.

Ref.: EDITAL DE Nº 8562/2022-1, PREGÃO ELETRÔNICO, Licitação nº: 40/2022 UASG do TRT15: 080011

A empresa R&L Indústria e Comércio de Artigos de Decorações EIRELI – EPP, CNPJ nº 10.302.648/0001-76, sediada na Rua F-51 Qd.162 Lt.19 nº128 nº setor Façalville, CEP:74.350-440, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, sr. Gilmar José Pinto portador da Carteira de Identidade - RG nº 2 544 757 SSP/GO e do CPF nº 217.373.801-10, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante REGINA HELENA DOS SANTOS para o item 5 do certame, apresentando no articulado as razões de sua irrisignação.

#### I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedendo que, após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa REGINA HELENA DOS SANTOS, ao arpejo das normas editalícias.

#### II – DAS RAZÕES DA REFORMA

É sabido por todos que para se executar um serviço para a administração pública é necessário ter registrado em seu CNPJ o CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS. Além disso de acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam comprovar a qualificação Econômico-financeira por meio de Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada pela IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; 9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; ...

Supondo ter atendido tal exigência, a proponente REGINA HELENA DOS SANTOS, apresentou CNPJ sem o registro do CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS pertinente ao serviço demandado no edital, não sendo portanto uma empresa do ramo de objeto cotado nesta licitação e além disso apresentou um Balanço que não está nem mesmo registrado na Junta Comercial descumprindo as normas do edital e da lei.

E lembramos que no item 7 a empresa 37.537.011/0001-15 - P. L. A. CONSTRUÇÕES EIRELI foi desclassificada pelos mesmos motivos que a empresa REGINA HELENA DOS SANTOS deve ser desclassificada neste item 5, que foi pela a apresentação do balanço não registrado na junta comercial, portanto não deve ser aceito pelo mesmo motivo.

Cabe ainda ressaltar que a empresa REGINA HELENA DOS SANTOS supostamente nunca realizou tais serviços para com a administração pública como se pode notar no seu atestado de capacidade técnica, além de também não apresentar pelo que pode observar a certidão do FGTS Válida visto que o apresentado estava vencido desde o dia 23/07/2022 bem como não apresentou a certidão trabalhista em atendimento ao item 9.9.4 do edital.

A Comissão de Licitação, sem maiores considerações, acabou por aceitar estes documentos, reputando cumprida a exigência de que se cogita.

Essa atitude é manifestamente ilegal, à medida que, por óbvio, estes documentos não cumprem o que se exige no edital e em lei de licitações.

É sabido de todos que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro a apresentação de documento que deveria integrar o anexo pertinente à habilitação e não podendo descumprir normas ou apresentar documentos sem registro ou vencidos.

Aliás, o § 3º, do art. 43, da Lei nº 8666/93, deixa patente a impossibilidade de ser incluído documento posteriormente à fase apropriada.

De outra parte, a conduta voltada à aceitação de apresentação de documento de forma extemporânea viola o princípio da isonomia que deve presidir todo e qualquer procedimento licitatório ( art. 3º, da Lei nº 8666/93 ).

#### III – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa REGINA HELENA DOS SANTOS, inabilitada para prosseguir no pleito do item 5 deste edital.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos  
P. Deferimento

GOIÂNIA-GO, 22 DE AGOSTO DE 2022.

PROPRIETÁRIO  
Gilmar José Pinto  
RG nº 2 544 757 SSP/GO  
CPF nº 217.373.801-10

**Fechar**

## ➤ Pregão Eletrônico

---

### ▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

---

#### **INTENÇÃO DE RECURSO:**

Declaro intenção de recurso visto que a empresa habilitada para este item não possui em seu CNPJ qualificação para executar os serviços referentes ao item em questão... 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material. Portanto ela não deve ser habilitada para tal neste certame!

**Fechar**

## ➤ Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Licitação, do Ministério das Comunicações,  
Ref.: EDITAL DE N.º 8562/2022-1, PREGÃO ELETRÔNICO, Licitação n.º 40/2022 UASG do TRT15: 080011

A empresa Regina Helena dos Santos , CNPJ: 44.740.8099/0001-25, sediada a Rua Antônio Fregonesi, n.º 97, Nova Petrópolis, SBC - SP CEP: 09780-590, por intermédio de sua representante legal infra-assinado, sra. Regina Helena dos Santos, portadora da cédula de identidade - RG n.º 15.109.691-0 SSP/SP e do CPF n.º 043.675.548-30, em resposta aos argumentos apresentados por outrem, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar

CONTRARRAZÃO,

Diante dos argumentos apresentados pelo licitante Sr. Gilmar José Pinto iremos responder todos os pontos levantados pelo mesmo em conformidade com a ordem que foram apresentados.

1 - O licitante que apresentou recurso menciona que: "é necessário ter registrado em seu CNPJ o código e descrição das atividades econômicas da empresa".

Resposta: Consta em nosso cartão CNPJ o CNAE cód. 43.30-4-99 - descritivo: Outras obras de acabamento da construção, o que nos habilita a participar do certame em questão.

2 - O licitante que apresentou recurso menciona que: " as licitantes deveriam comprovar a qualificação econômico-financeira por meio de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social..."

Resposta: A data de abertura da empresa é 04/01//2022, portanto não temos balanço do último exercício. O que temos e fora apresentado é o balanço de abertura e o balanço parcial que consta no SICAF devidamente registrado na JUCESP conforme orientações recebidas via email pela pregoeira Sra. Ana Carolina S. Ramos.

Ao mencionar que no item 7, outra empresa foi desclassificada por não apresentar o balanço registrado, certamente o reclamante não tem todas as informações até que ocorresse a desclassificação, pois todos os pregoeiros, conforme previsto na legislação, solicitam o envio dos documentos faltantes, dão os prazos necessários para regularização... Não temos a informação completa para saber se a desclassificação foi "injusta", ou se o licitante teve oportunidade de apresentar tal documento e não o fez.

3 - O licitante que apresentou recurso menciona que: " 9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho..."

Resposta: Todas as certidões e declarações constantes no edital foram apresentadas. Se porventura o arquivo anexado estivesse fora da validade, a pregoeira pode solicitar uma nova e ou consultar no SICAF, onde todos esses documentos estão sempre dentro do período de validade. Todos os nossos documentos estão de acordo com o edital, sem qualquer restrição.

4 - O licitante que apresentou recurso menciona que: " supostamente nunca realizou tais serviços para com a administração pública como se pode notar no seu atestado de capacidade técnica..."

Resposta: O edital é claro quando pede atestado de capacidade técnica por pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme texto do artigo 9.11.1, e nosso atestado atende a este artigo.

Mas, ainda, para sanar as dúvidas do licitante, que supostamente não conhece nossas atividades, quero mencionar o último serviço executado, (do mesmo segmento desta dispensa), para o poder público, UASG: 160477 n.º 432022, de 14/07/2022, cujo empenho n.º 434 do 2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, de 11/08/2022 já fora executado com integridade em 15/08/2022 no órgão solicitante. Para que fique claro ao interessado nossa atuação na área.

Acreditando ter deixado explícito todas as contrarrazões do recurso acima, permanecemos à disposição para quaisquer dúvidas e ou esclarecimentos. Temos todos os emails de solicitações do pregoeiro e atendimentos de nossa parte em relação a qualquer dúvida na documentação e podemos enviar em qualquer tempo todos os documentos que se fizerem necessários.

São Bernardo do Campo, 23 de agosto de 2022

Atenciosamente,

Regina Helena dos Santos  
Proprietária  
RG: 15.109.691-0  
CPF: 043.695.548-30

**Fechar**

## ➤ Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

Proad n.º 8562/2022 – Pregão Eletrônico Compras.gov.br n.º 40/2022 – Item 5

Preliminarmente, impende destacar que, nos termos do histórico do processo licitatório em tela registrado no Sistema Compras.gov.br, a manifestante R&L Indústria e Comércio assim motivou sua intenção de recorrer, em 17 de agosto passado:

"Declaro intenção de recurso visto que a empresa habilitada para este item não possui em seu CNPJ qualificação para executar os serviços referentes ao item em questão. 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material. Portanto ela não deve ser habilitada para tal neste certame!."

Nesse sentido, a recorrente R&L Indústria e Comércio cumpriu o disposto no art. 44 do Decreto n.º 10.024/19, no sentido de prever, após a declaração de vencedor, que poderão os licitantes manifestar imediata a intenção de recorrer, apresentando a devida motivação:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

(...)

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

(...)

Após, em 22 de agosto passado, a recorrente R&L Indústria e Comércio apresentou suas razões recursais.

Não obstante, em leitura ao embasamento apresentado na peça recursal da Recorrente R&L Indústria e Comércio, esta Pregoeira e sua Equipe de Apoio observaram que, referente a alguns dos itens pedidos, a Recorrente inovou a matéria recursal, ao trazer à tela possível desatendimento no que tange a documentos de habilitação da Recorrida Regina Helena dos Santos. Porém, para tal teor, a Recorrente ficou-se inerte contra esse fato, no momento de sua motivação da intenção de apresentar recurso, caracterizando indícios de matéria preclusa.

In casu, entende esta Pregoeira e sua Equipe de Apoio que houve o fenômeno de preclusão temporal para suscitar a motivação da matéria a ser abordada nas razões do recurso, vez que não houve motivação quanto ao possível desatendimento pela vencedora Regina Helena dos Santos.

Como ressalta o saudoso processualista Ovídio A. Batista da Silva:

"Diz-se preclusão, no campo da teoria dos prazos processuais, a impossibilidade em que se encontra a parte de praticar determinado ato processual em virtude de se haver esgotado o momento adequado para fazê-lo. Preclusão (do latim praecludere, fechar, cerrar, impedir) é, em última análise, a perda de uma faculdade processual, ou a extinção do direito que a parte tivera de realizar o ato, ou de exigir determinada providência judicial".

Ainda, o jurista Luiz Rodrigues Wambier aduz:

"Se o processo deve "andar para frente", isto é, desenvolver-se em direção a seu final, os atos processuais, que acontecem nos moldes previstos em cada procedimento, devem respeitar determinados prazos, nos quais deverão ser realizados, sob pena de, não o sendo, incidirem na hipótese as consequências da não realização dos atos."

Pelo exposto, entendem esta Pregoeira e sua Equipe de Apoio que os novos argumentos lançados pela recorrente R&L Indústria e Comércio no que diz respeito ao desatendimento a requisitos de habilitação elencados em edital pela vencedora Regina Helena dos Santos, não foram objeto de imediata manifestação e motivação quando da sessão ocorrida no dia 17 de agosto passado, não podendo, agora, ser suscitados nas razões do recurso, sob pena de violar seu princípio processual básico da preclusão.

Portanto, parte do recurso interposto pela R&L Indústria e Comércio poderia não ser conhecido, seja pelo fato de ter ocorrido a preclusão, seja pelo fato de ter ocorrido a decadência do direito para recorrer especificamente sobre esses requisitos de habilitação da empresa Regina Helena dos Santos. Todavia, por amor ao debate, esta Pregoeira discorrerá, também, acerca do mérito do recurso da R&L Indústria e Comércio, no que tange a este assunto.

Dando seguimento, o Decreto n.º 10.024/19, que regulamenta o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns estabelece:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Em complemento, o Art. 17 determina que caberá ao pregoeiro, em especial:

"[...]"

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

"[...]"

Como visto acima, a verificação da conformidade da proposta ao instrumento convocatório é função inerente ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, sendo que a desclassificação das propostas em desacordo com o Edital deve ser procedida de forma objetiva e fundamentada.

O edital, em seu 4.1, dispõe que "poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (...)"

O instrumento convocatório especifica RAMO DE ATIVIDADE COMPATÍVEL. Não determina que seja o mesmo código CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, conforme apontou a Recorrente nas razões de seu recurso.

O POSICIONAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO É A DE QUE, SE NÃO ESTIVER EXPRESSAMENTE NO EDITAL A UTILIZAÇÃO DA CNAE COMO CRITÉRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, NÃO PODERÁ SER EXIGIDO. E no edital desta licitação não houve essa previsão, e sua utilização por esta pregoeira como critério de desclassificação, como pretende a Recorrente, configuraria, no posicionamento do TCU, "procedimento flagrantemente alheio às regras da competição" - Acórdão n.º 1.203/2011 – Plenário.

Em seu Acórdão n.º 42/2014 - Plenário, o TCU RATIFICA SEU ENTENDIMENTO, ao explicar que "precedente Acórdão n.º 1.203/2011 – Plenário, segundo o qual o Cnae não deveria, sozinho, constituir motivo para a inabilitação em processo licitatório, havendo outros meios de comprovação da compatibilidade do ramo de atuação da empresa com o objeto da licitação." Esse mesmo acórdão ainda é taxativo ao concluir que, "a não aceitação da representante no pregão implicou, no caso concreto, VIOLAÇÃO DE PRECEITOS BÁSICOS NORTEADORES DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS, EM ESPECIAL A RESTRIÇÃO INDEVIDA DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME E O FERIMENTO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA."

Por fim, o TCU novamente confirma seu posicionamento, ao estabelecer que "só é viável a inabilitação de licitante cujo objeto social seja incompatível com o da licitação" - Acórdão n.º 487/2015 – Plenário.

O código CNAE para "instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material" é 4330-4/02. A EMPRESA RECORRIDA APRESENTOU, COMO UMA DE SUAS ATIVIDADES SOCIAIS, "CNAE 4330-4/99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO", SENDO ESTA ACEITA PARA ESTA LICITAÇÃO, COMO COMPATÍVEL.

Apenas para mera ilustração, em seu sítio eletrônico, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística assim estrutura os códigos CNAE mencionados acima: Divisão – 43: Serviços especializados para construção; Grupo – 43.3: Obras de acabamento; Classe – 43.30-4: Obras de acabamento; e Subclasse respectiva, nos casos, 4330-4/02 e 4330-4/99.

Como bem asseverou o ilustríssimo Joel de Menezes Niebuhr, em Licitação Pública e Contrato Administrativo, Editora Zênite, 2008, "a Lei n.º 8.666/93, pelo menos no que tange à habilitação jurídica, não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação."

Portanto, EXIGIR-SE NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUE AS EMPRESAS LICITANTES POSSUAM CÓDIGO CNAE ESPECÍFICO CONFIGURA RESTRIÇÃO INDEVIDA AO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO, ALÉM DE FERIR O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E ECONOMICIDADE, podendo levar a Administração Pública a perder a proposta mais vantajosa, ocasionando danos ao Erário.

Com relação ao registro do Balanço Patrimonial, em cumprimento ao item 5.3, que dispõe que os documentos podem constar no SICAF, esclareço que o Balanço registrado encontra-se devidamente juntado no Sicaf, na opção "Níveis de Cadastramento" - "Consulta Nível VI" – Qualificação Econômico-Financeira".

Importante consignar que é AMPLA A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS UNIÃO NO SENTIDO DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA PARA SANEAMENTO DE EVENTUAIS ERROS OU FALHAS - Acórdãos TCU - Plenário n.º 1.211/2021, n.º 2.443/2021, n.º 156/2022, n.º 988/2022, entre outros.

É o que se depreende do recente Informativo de Licitações e Contratos n.º 436 do TCU. Segundo o Relator do Acórdão n.º 988/2022 – Plenário, "conquanto seja fundamental no Direito Administrativo, o princípio da legalidade não é absoluto" e, no caso concreto, "parece-me claro que sua aplicação irrestrita operou contra a obtenção da melhor proposta e do alcance do interesse público, sendo apropriado ponderar a aplicação da salutar flexibilização do formalismo". Além disso, invocou o art. 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei 9.784/1999, o qual estabelece como um dos critérios a serem observados em processos administrativos a "adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público". O relator pontuou ainda que a aplicação do formalismo moderado e da razoabilidade não consistiria, em absoluto, afronta à isonomia, pois "o licitante que comete erro sanável e o corrige tempestivamente terá, ao fim dos procedimentos licitatórios, demonstrado, nos termos do edital, sua capacidade de cumprir o objeto, da mesma forma de outro participante que tenha seguido integralmente os requisitos do instrumento convocatório desde a apresentação inicial da documentação".

"Acréscitou que o entendimento por ele externado seria harmônico com diversas e recentes deliberações do Plenário, a exemplo dos Acórdãos 2673/2021, 2528/2021, 1636/2021 e 1211/2021. Em relação a esta última deliberação, o relator transcreveu o seguinte excerto do voto condutor: "Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)."

O documento apresentado pela Recorrida atestou condição de habilitação preexistente, pois comprovou a situação

financeira da Recorrida para cumprimento do objeto desta licitação, em conformidade com as disposições em edital, tanto no balanço de abertura não registrado, quanto após seu registro.

Referente à alegação da R&L Indústria e Comércio de que a Recorrida "nunca realizou tais serviços para com a administração pública como se pode notar no seu atestado de capacidade técnica", razão não assiste à Recorrente. O edital é claro, ao dispor que os atestados de comprovação de aptidão podem ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. A exigência de que o(s) atestado(s) seja(m) emitido(s) pela "administração pública", conforme sugere a Recorrente, é ilegal, pois a própria LEI N.º 8.666/93 DETERMINA, EM SEU ART. 30, § 1º, QUE "A COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO SERÁ FEITA POR ATESTADOS FORNECIDOS POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO." O Atestado apresentado pela Recorrida foi emitido por pessoa jurídica de direito privado e comprovou as exigências editalícias, quais sejam, "quantitativo mínimo de instalação de divisória com fornecimento de material de ao menos 30m² de divisória."

Por fim, referente aos apontamentos sobre a não apresentação de "certidão do FGTS válida" e de "certidão trabalhista", novamente razão não assiste à Recorrente. O Decreto n.º 10.024/19 é cristalino ao dispor, em seu Art. 43, § 3º, que "a VERIFICAÇÃO PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROMOTORA DO CERTAME NOS SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS DE ÓRGÃOS E ENTIDADES EMISSORES DE CERTIDÕES CONSTITUI MEIO LEGAL DE PROVA, PARA FINS DE HABILITAÇÃO." Em consultas simples e rápidas aos sites oficiais, foram devidamente verificados os documentos acima questionados.

Após as explanações acima, no entendimento desta Pregoeira e de sua Equipe de Apoio, o procedimento licitatório transcorreu de modo a cumprir fielmente os ditames legais, primando pelo pleno atendimento às necessidades desta Administração.

Por todo exposto, depreende-se o acerto, a legalidade e a legitimidade da decisão atacada, que atendeu perfeitamente à lei e ao edital, razão pela qual esta Pregoeira não reconhece os motivos alegados pela querelante para alterar seu julgamento, resolvendo conhecer do recurso interposto e, no mérito, manter sua decisão, em conformidade com o Decreto n.º 10.024, Art. 17, Inciso VII.

Nesses termos, à elevada consideração da Autoridade Competente, em conformidade com as disposições do art. 13º, inciso IV, do Decreto n.º 10.024/2019.

Respeitosamente,

Ana Carolina dos Santos Ramos – Pregoeira - Campinas, 29 de agosto de 2022.

Ciente. De acordo. André Scatuzzi - Coordenador de Licitações - Campinas, 29 de agosto de 2022.

**Fechar**



## ➤ Pregão Eletrônico

---

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

---

#### **DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO**

Com base na manifestação do pregoeiro, decido pela adjudicação do objeto, conhecendo do recurso, porém, negando-lhe provimento.

**Fechar**